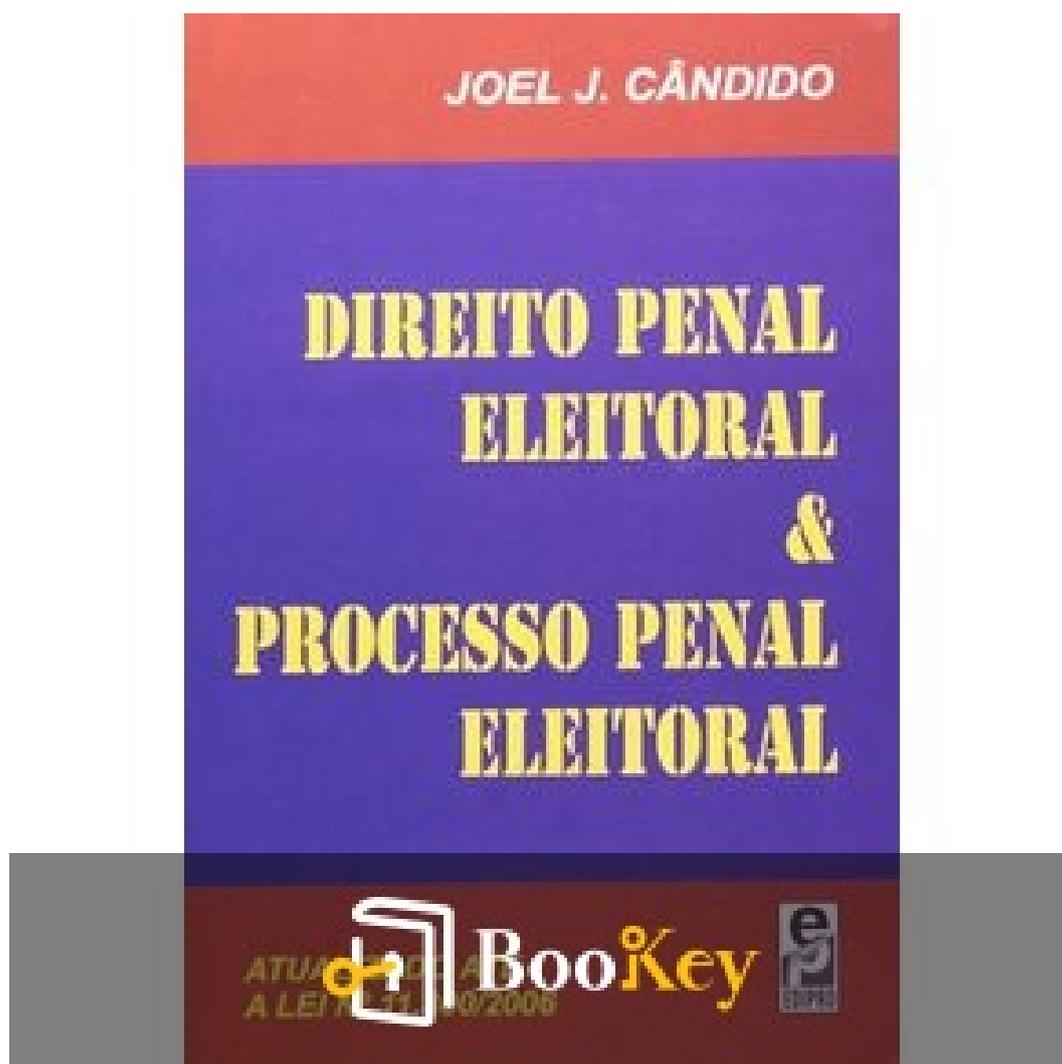


Direito Penal Eleitoral E Processo Penal Eleitoral PDF

JOEL JOSE CANDIDO



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Sobre o Produto

Este livro possui três metas principais que estimulam o interesse na sua temática.

Na Parte I, o autor busca estabelecer um comparativo entre a Parte Geral do Direito Penal comum e a Parte Geral do Direito Penal Eleitoral, ressaltando para o leitor quais elementos do primeiro podem ser aplicados e de que maneira no contexto do Direito Penal Eleitoral.

Em sua Parte II, o enfoque recai sobre a análise detalhada da objetividade jurídica, abordando os sujeitos envolvidos na prática criminosa, a tipicidade, características específicas, sanções e a categorização dos 81 crimes eleitorais que estão atualmente reconhecidos pela legislação penal eleitoral.

Por fim, a Parte III do livro é dedicada ao Processo Penal Eleitoral, explorando suas particularidades e aspectos legais.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Gerenciamento de Tempo

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Direito Penal Eleitoral E Processo Penal Eleitoral

Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Direito Penal Eleitoral E Processo Penal Eleitoral**

O livro "DIREITO PENAL ELEITORAL E PROCESSO PENAL ELEITORAL" de JOEL JOSE CANDIDO é essencial para estudantes de direito, advogados, juízes e profissionais envolvidos no sistema eleitoral. Além de ser uma leitura obrigatória para quem deseja aprofundar-se nas normas e práticas que regulam o direito penal relacionado ao processo eleitoral, a obra oferece uma análise detalhada e crítica sobre as implicações legais das ações praticadas durante as eleições. Assim, é especialmente útil para aqueles que atuam em defesa ou acusação de crimes eleitorais, bem como para pesquisadores e acadêmicos que buscam compreender melhor a dinâmica do direito penal no contexto das eleições brasileiras.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Direito Penal Eleitoral E Processo Penal Eleitoral em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução ao Direito Penal Eleitoral	Apresentação dos conceitos fundamentais do Direito Penal Eleitoral e sua importância para a justiça nas eleições.
2	Princípios do Direito Penal Eleitoral	Exploração dos princípios que regem o Direito Penal Eleitoral, como legalidade, proporcionalidade e necessidade.
3	Infrações Eleitorais	Descrição das principais infrações eleitorais, como compra de votos, fraude e abusos de poder.
4	Sistema de Justiça Eleitoral	Análise do sistema de justiça eleitoral no Brasil, incluindo a composição e competências dos tribunais eleitorais.
5	Processo Penal Eleitoral	Exposição das regras que regem o processo penal eleitoral, diferenciando do processo penal comum.
6	Sanções e Penas	Discussão sobre as sanções aplicáveis aos crimes eleitorais, abrangendo a repressão e prevenção.
7	Procedimentos Especiais	Estudo dos procedimentos especiais previstos para a apuração de crimes eleitorais.
8	Recursos no	Explicação sobre os recursos cabíveis no



Capítulo	Tema	Resumo
	Processo Eleitoral	âmbito do processo penal eleitoral e sua tramitação.
9	Crimes e Contravenções Eleitorais	Definição e análise dos crimes e contravenções tipificadas na legislação eleitoral.
10	Perspectivas Futuras do Direito Penal Eleitoral	Reflexões sobre as possíveis mudanças e desafios futuros do Direito Penal Eleitoral.
11	Casos Práticos e Jurisprudência	Apresentação de casos práticos e decisões judiciais relevantes no campo do Direito Penal Eleitoral.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Direito Penal Eleitoral E Processo Penal Eleitoral

Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Direito Penal Eleitoral e sua Importância no Sistema Jurídico Brasileiro
2. Aspectos Teóricos e Práticos do Direito Penal Eleitoral no Brasil
3. Crimes Eleitorais: Tipologia e Penalidades Previstas na Legislação Brasileira
4. O Processo Penal Eleitoral: Regras e Procedimentos Específicos
5. O Papel da Justiça Eleitoral na Preservação da Democracia e da Ordem Pública
6. Reflexões Finais: Desafios e Perspectivas do Direito Penal Eleitoral no Contexto Atual

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução ao Direito Penal Eleitoral e sua Importância no Sistema Jurídico Brasileiro

O Direito Penal Eleitoral emerge como um campo vital dentro do contexto jurídico brasileiro, destacando-se por sua função de assegurar a lisura e a integridade dos processos eleitorais. Este ramo do direito é responsável por reprimir condutas que ameaçam a democracia e a soberania do voto, pilares constitucionais que garantem aos cidadãos o direito de escolha em um sistema representativo. No Brasil, onde o sufrágio é um dos direitos mais preciosos, o adequado funcionamento do Direito Penal Eleitoral é fundamental para a manutenção da ordem democrática.

A importância do Direito Penal Eleitoral reside não apenas na tipificação das condutas delituosas, mas também na proteção dos direitos do eleitor e na promoção da justa competitividade entre os candidatos. Em um país marcado por longas experiências de corrupção, fraude e abuso de poder político, as normas penais eleitorais atuam como mecanismos de controle social, promovendo a conformidade com a legislação e inibindo práticas ilícitas que poderiam afetar a vontade popular.

O sistema jurídico brasileiro, através do Direito Penal Eleitoral, busca garantir eleições livres e justas, onde cada voto tem valor e peso iguais. A relação intrínseca entre a justiça eleitoral e a segurança jurídica é de suma importância, já que a confiança nas instituições está diretamente ligada à



crença na imparcialidade dos processos eleitorais. Sem um efetivo combate aos crimes eleitorais, corre-se o risco de deslegitimação dos resultados das eleições e, por conseguinte, das instituições que delas emergem.

Além disso, a atuação eficaz do Direito Penal Eleitoral é um reflexo do compromisso do Estado em preservar a ordem pública e a estabilidade política. Os crimes eleitorais podem ocorrer em diversas formas, desde a compra de votos até fraudes na arrecadação de fundos para campanhas, e cada um desses atos representa não apenas uma infração à lei, mas uma ameaça ao próprio exercício da cidadania.

É essencial, portanto, que se compreenda a profundidade e a complexidade do Direito Penal Eleitoral, uma vez que suas implicações vão além das meras sanções aplicáveis aos infratores. Trata-se de construir um ambiente onde os direitos societários são respeitados, onde a informação circula livremente e onde os cidadãos podem participar do processo político sem medo de retaliações ou manipulações. Esta introdução ao Direito Penal Eleitoral, portanto, é um convite à reflexão acerca do papel da legislação penal dentro do contexto democrático brasileiro, e da sua função imprescindível na proteção do voto e do eleitor.



2. Aspectos Teóricos e Práticos do Direito Penal Eleitoral no Brasil

O Direito Penal Eleitoral emerge como um ramo específico do Direito Penal, focando nas normas e princípios que regulam as condutas geradoras de ilícitos no contexto das eleições. Seu estudo é fundamental para a compreensão das relações entre cidadania, democracia e a integridade do processo eleitoral, mostrando a relevância de uma legislação que vislumbra proteger esses valores.

Do ponto de vista teórico, o Direito Penal Eleitoral está estruturado em um arcabouço normativo que abrange desde legislação infraconstitucional até normas internas dos tribunais eleitorais. No Brasil, a Lei nº 9.504/1997, conhecida como Lei das Eleições, é um dos principais instrumentos que regulamentam os crimes eleitorais. Essa legislação estabelece não apenas os comportamentos considerados ilícitos, mas também define os princípios que devem nortear as campanhas eleitorais, tais como a transparência e a igualdade de oportunidades entre os candidatos.

Prático, a aplicação do Direito Penal Eleitoral enfrenta uma série de complexidades. As autoridades competentes, incluindo a Justiça Eleitoral, têm o desafio de reconhecer e punir as práticas ilegais sem comprometer o direito à ampla defesa e ao contraditório. Nessa medida, o processo eleitoral deve ser cercado de garantias que assegurem a legalidade das ações, ao



mesmo tempo que mantenham a segurança e a tranquilidade da disputa.

Outra faceta importante do Direito Penal Eleitoral é a necessidade de uma atuação eficiente das autoridades responsáveis pela fiscalização e repressão aos crimes eleitorais. Isso exige não apenas um aparato legislativo robusto, mas também a capacidade das instituições, como o Tribunal Regional Eleitoral e o Ministério Público, de promover investigações diligentes e processos judiciais céleres. A interação entre diferentes setores do governo e a sociedade civil é crucial nesse contexto, já que a conscientização e a educação da população sobre os direitos e deveres eleitorais são essenciais para a formação de uma cidadania crítica e ativa.

Além disso, os aspectos práticos do Direito Penal Eleitoral se deparam frequentemente com questões de interpretabilidade das normas, que podem ser influenciadas por variáveis sociais, culturais e políticas. A subjetividade na aplicação das leis, aliada à pluralidade de comportamentos a serem avaliados, exige dos operadores do direito não apenas rigor técnico, mas uma profunda análise do contexto em que se inserem os fatos delituosos.

Em suma, os aspectos teóricos e práticos do Direito Penal Eleitoral no Brasil revelam um campo dinâmico e multifacetado, numa busca constante pela efetividade das normas, pela proteção da democracia e pelo reforço da cidadania. A compreensão desses aspectos é fundamental para que se possa



atuar de maneira eficaz na prevenção e repressão a crimes eleitorais,
contribuindo assim para a aceitação e legitimidade do sistema democrático
como um todo.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Crimes Eleitorais: Tipologia e Penalidades Previstas na Legislação Brasileira

Os crimes eleitorais são infrações que atingem diretamente as normas que regulamentam as eleições, assegurando a lisura, a igualdade e a liberdade do processo eleitoral, fundamentos essenciais para a democracia. A Lei nº 4.737/1965, conhecida como Código Eleitoral, é a principal norma que tipifica e estabelece as penalidades para esses crimes no Brasil. Essa legislação representa o arcabouço jurídico que orienta a ação penal perante a Justiça Eleitoral e define as condutas que são consideradas ilícitas dentro do contexto eleitoral.

Os crimes eleitorais podem ser classificados em duas grandes categorias: os crimes contra o processo eleitoral e as infrações eleitorais. Dentro da primeira categoria, destacam-se as condutas que comprometem a realização das eleições, tais como:

1. ****Fraude no Registro de Candidaturas****: Consiste na falsa declaração de informações relevantes para o registro de candidaturas, podendo acarretar a inelegibilidade e a responsabilização criminal do candidato.
2. ****Compra de Votos****: Incorporada ao rol dos crimes eleitorais, a compra de votos ocorre quando um candidato ou seu representante oferece vantagem em troca do voto, sendo esta prática severamente punida com detenção e



multa.

3. ****Uso de Máquina Pública para Campanha Eleitoral****: A utilização indevida de bens ou serviços da administração pública em benefício de candidatos é considerada crime. Isso garante que a competição eleitoral ocorra em condições de igualdade, afastando práticas abusivas.

4. ****Propaganda Eleitoral Irregular****: Inclui práticas como realizar propaganda fora do prazo permitido, em local vedado, ou sem o devido registro junto aos órgãos eleitorais, sendo passíveis de pena de detenção e multa.

Por outro lado, na categoria das infrações eleitorais, incluímos condutas menos graves, mas que também danificam a isenção do ambiente eleitoral, como:

1. ****Desrespeito ao Cancro Legal e à Lei dos Candidatos****: Quando há descumprimento da legislação que limita o tempo de propaganda ou proíbe a exibição de determinados conteúdos propaganda, esses atos são punidos com advertências e multas.

2. ****Desvio de Fundos de Campanha****: O desvio de verbas destinadas a campanhas políticas, por exemplo, é considerado crime, com penalidades



que abrangem desde a perda de mandato até detenção, dependendo da grave magnitude do ato.

No que tange às penalidades, as consequências para os crimes eleitorais podem variar significativamente, com penas que vão desde multas administrativas até reclusão de até cinco anos, conforme a gravidade da infração. Os juízes eleitorais têm a responsabilidade de aplicar essas penas, levando em consideração circunstâncias atenuantes e agravantes, como a reiteração das condutas ou a cooperação do réu com a justiça.

Outro fator relevante é a questão da Justiça Eleitoral, que atua não apenas na aplicação da lei, mas também na promoção de campanhas de conscientização sobre a importância da ética eleitoral. O objetivo maior é assegurar que as eleições sejam uma expressão da vontade popular, sem interferências ilegítimas que possam distorcer a vitalidade do processo democrático.

Em resumo, a tipologia e penalidades dos crimes eleitorais na legislação brasileira estão estruturadas para combater práticas que ameaçam a integridade do sistema eleitoral. A presença de mecanismos legais robustos é crucial para a manutenção da ordem democrática, e a efetiva aplicação dessas normas representa um dos pilares fundamentais para a consolidação da cidadania e da justiça no Brasil.



4. O Processo Penal Eleitoral: Regras e Procedimentos Específicos

O Processo Penal Eleitoral é um conjunto de normas e procedimentos que regulam as infrações penais cometidas no contexto das eleições. No Brasil, essas regras são estabelecidas principalmente pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) e pela Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), que delineiam o funcionamento da justiça eleitoral, bem como as diretrizes para a apuração dos delitos eleitorais.

Uma das características mais marcantes do processo penal eleitoral é a sua celeridade. Devido à natureza efêmera das eleições, os prazos processuais são significativamente encurtados, permitindo que a Justiça Eleitoral atue de forma rápida e eficaz na apuração e punição de crimes que possam comprometer a lisura do processo eleitoral. A urgência se justifica pela necessidade de garantir a salvaguarda do meio democrático, evitando que atos delituosos afetem a livre expressão da vontade popular.

Em termos de investigação, a Justiça Eleitoral possui competências específicas. Ela pode realizar investigações de ofício ou a pedido, mas sempre respeitando os limites da legalidade e do devido processo. Os procedimentos são regidos por princípios que buscam assegurar a ampla defesa e o contraditório, direitos fundamentais garantidos a todos os cidadãos, mesmo quando acusados de crimes eleitorais.



O juiz eleitoral tem, ainda, um papel crucial na condução do processo, possuindo poderes administrativos e jurisdicionais para garantir a efetividade da persecução penal eleitoral. O seu papel é mediado por leis que regulam a tipificação das condutas ilícitas e as respectivas sanções. Isso inclui a possibilidade de aplicação de penas, que variam de advertências e multas a detenção, dependendo da gravidade do crime.

Entre as infrações que podem ser tipificadas estão: a compra de votos, a propaganda eleitoral irregular, a falsificação de documentos e a captação ilícita de sufrágio. A pesquisa de provas e a instrução do processo devem ser notoriamente detalhadas, já que a matéria é complexa e exige uma análise aprofundada dos fatos e das provas apresentadas.

Os recursos no âmbito do processo penal eleitoral também possuem especificidades. As decisões em primeira instância podem ser revistas por tribunais eleitorais, que têm a responsabilidade de assegurar que o processo seja conduzido com a máxima eficiência. Essa estrutura recursal, que observa a hierarquia judicial, tem como objetivo não apenas corrigir eventuais erros, mas também garantir a uniformidade da jurisprudência e a estabilidade das decisões, respeitando sempre a urgência que os casos eleitorais demandam.



Ademais, o processo penal eleitoral é cercado de uma série de garantias que buscam proteger tanto o acusador quanto o acusado. A imparcialidade do juiz eleitoral, a confidencialidade de certas informações e a liberdade de expressão, dentro dos limites da lei, são fatores que contribuem para a robustez do sistema. Assim, o amadurecimento dos procedimentos eleitorais a cada ciclo eleitoral reflete um fortalecimento das práticas democráticas e da própria Justiça Eleitoral no Brasil.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. O Papel da Justiça Eleitoral na Preservação da Democracia e da Ordem Pública

A Justiça Eleitoral exerce um papel fundamental na preservação da democracia e da ordem pública no Brasil. Ao zelar pela lisura e transparência dos processos eleitorais, esta instituição garante que o sufrágio, um dos pilares da democracia, seja realizado de forma justa e equitativa.

Primeiramente, a Justiça Eleitoral atua na regulamentação e supervisão das eleições, assegurando que as normas estabelecidas pela legislação vigente sejam estritamente seguidas. Essa função é vital para prevenir abusos de poder, fraudes eleitorais e outras condutas irregulares que possam comprometer a integridade do pleito. Por meio de sua atuação, a Justiça Eleitoral assegura que todos os cidadãos tenham acesso igualitário ao processo eleitoral, promovendo a participação e a inclusão social, o que fortalece a representatividade política.

Além disso, a Justiça Eleitoral possui mecanismos diretos para punir os delitos eleitorais. A capacidade de investigar e processar crimes que atentam contra a ordem eleitoral é crucial para manter a confiança da sociedade nas instituições democráticas. Ao aplicar sanções rigorosas, tanto em termos de penalidades administrativas quanto penais, a Justiça Eleitoral atua como uma linha de defesa ante práticas que visem corromper o processo democrático,



como o uso de propaganda enganosa, voto de cabresto e compra de votos, entre outros.

Outro aspecto relevante é o papel educativo da Justiça Eleitoral. A promoção de campanhas de conscientização sobre a importância do voto e os direitos e deveres do eleitor não apenas informa a população, mas também a mobiliza a participar ativamente do processo político. Essa educação cívica é essencial para formar cidadãos engajados e conscientes, preparados para exercer uma cidadania crítica e reflexiva.

Por fim, a Justiça Eleitoral, através de suas atividades, não só garante a realização de eleições livres e justas, mas também atua na construção de uma cultura política de respeito à legalidade e ao estado democrático de direito. Sua atuação repercute na paz social e na estabilidade política, fatores indispensáveis para a manutenção da ordem pública. Assim, a justiça eleitoral se estabelece como um baluarte contra práticas que possam ameaçar a democracia, assegurando que a voz do povo seja sempre ouvida e respeitada nos rumos do país.

Dessa forma, a Justiça Eleitoral é, sem dúvida, um dos instrumentos mais significativos na salvaguarda da democracia e da ordem pública, refletindo a importância de um sistema jurídico robusto que proteja os direitos e os deveres do cidadão no contexto eleitoral.



6. Reflexões Finais: Desafios e Perspectivas do Direito Penal Eleitoral no Contexto Atual

As reflexões finais sobre o Direito Penal Eleitoral e suas perspectivas no contexto atual revelam desafios significativos que o sistema jurídico brasileiro enfrenta para assegurar a integridade e a legitimidade do processo eleitoral. Em um cenário marcado por altas taxas de desconfiança na política e nas instituições públicas, é imperativo que o Direito Penal Eleitoral se adapte e evolua, abordando de maneira eficaz as diversas nuances dos crimes eleitorais.

Um dos principais desafios reside na necessidade de não apenas garantir a aplicação das leis, mas também de educar cidadãos e agentes públicos sobre seus direitos e deveres no contexto eleitoral. A falta de conhecimento sobre a legislação eleitoral e seus desdobramentos muitas vezes resulta em um aumento de infrações, que, se não forem adequadamente tratados, podem minar a confiança nas eleições e, conseqüentemente, na democracia.

Além disso, cabe destacar a importância do aprimoramento contínuo das instituições envolvidas no processo eleitoral, especialmente a Justiça Eleitoral. Investimentos em tecnologia e capacitação são fundamentais para que os procedimentos de fiscalização e punição de crimes eleitorais sejam mais eficientes e transparentes. Nesse sentido, a Justiça Eleitoral deve não apenas atuar repressivamente, mas também se empenhar em ações



educativas que promovam uma cultura política mais responsável.

A questão da desigualdade de acesso ao processo eleitoral também se apresenta como um desafio crucial. Os crimes eleitorais, em muitos casos, afetam desproporcionalmente os indivíduos pertencentes a camadas menos favorecidas da sociedade. Portanto, é vital desenvolver políticas que promovam a inclusão e que garantam que todos possam participar do processo eleitoral de um modo justo e equitativo.

Na dimensão das perspectivas, a aplicação do Direito Penal Eleitoral deve ser vista como um instrumento essencial para a construção de uma democracia sólida. As inovações tecnológicas, como a inteligência artificial e a análise de dados, podem facilitar a identificação de práticas ilícitas, tornando o processo eleitoral mais seguro e transparente. No entanto, essas ferramentas devem ser utilizadas com cautela, respeitando os direitos dos cidadãos e evitando o uso abusivo do poder estatal.

Por fim, é imprescindível que o Direito Penal Eleitoral continue a dialogar com outras áreas do Direito, bem como com a sociedade civil. A construção de um ambiente político mais saudável, onde os princípios democráticos sejam respeitados e as instituições fortalecidas, depende de um esforço conjunto que envolva a legislação, as entidades fiscalizadoras, a academia e a população. Portanto, a busca por justiça eleitoral deve ser uma prioridade



coletiva, não só em tempos de eleição, mas como um compromisso permanente de todos os cidadãos. As realidades políticas podem mudar, mas a necessidade de um sistema eleitoral justo e transparente sempre permanecerá como um pilar da democracia.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Direito Penal Eleitoral E Processo Penal Eleitoral

1. "A proteção ao voto é fundamental para a manutenção da democracia, sendo o direito penal eleitoral uma ferramenta essencial para coibir abusos."
2. "As infrações eleitorais, além de afetarem o processo democrático, revelam as fragilidades do sistema político e a necessidade de reformulação das práticas eleitorais."
3. "O processo penal eleitoral deve assegurar não apenas a punição dos infratores, mas também a proteção dos direitos dos cidadãos e a legitimidade das instituições."
4. "A responsabilidade penal dos candidatos e dos partidos deve ser tratada com rigor, pois é um reflexo da confiança que os eleitores depositam nas escolhas democráticas."
5. "O estudo do direito penal eleitoral revela a complexidade das relações entre a ética política e a legislação, exigindo uma reflexão crítica sobre as práticas eleitorais atuais."





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar